

# Brasil define a proposta que levará aos credores

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O Brasil vai propor formalmente aos bancos o escalonamento das amortizações da dívida externa que vencem em 1985 e 1986, no montante de US\$ 15 bilhões, ao mesmo tempo que pedirá a prorrogação das linhas de financiamento de curto prazo, que expiram no dia 17 de janeiro, por mais um ano. A informação foi prestada ontem pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e pelo seu diretor de dívida externa, Antonio de Pádua Seixas.

Seixas retornará hoje à noite a Nova York para dar andamento às negociações que iniciou nas últimas quinta e sexta-feira com o comitê assessor da dívida externa brasileira. Tanto ele quanto Bracher deixaram claro que esta renegociação de curto prazo atende os interesses dos bancos que estão "inseguros" com a posição do País de dispensar o aval do FMI. Entretanto, os dois representantes do BC destacaram que os credores tiveram "boas impressões" sobre o desempenho da balança comercial, que em 1985 terá um superávit de US\$ 12,5 bilhões, o que é mais do que suficiente para saldar os juros.

Bracher afirmou, por sua vez, que o mesmo expediente de renegociar a dívida em curto prazo será observado junto ao Clube de Paris, on-



Arquivo

**Bracher: 'boas impressões'**

de têm assento os presidentes de bancos centrais dos países ricos. Seixas não quis dizer se o Brasil poderia conseguir acordos melhores com os bancos estrangeiros caso aceitasse passar pelo FMI.

O diretor de dívida externa do BC admitiu que a decisão do Brasil

de não garantir o pagamento dos débitos do Comind, do Auxillar e do Maisonnave, contraídos via Resolução 63 junto aos bancos estrangeiros, no total de US\$ 415 milhões, está sendo um obstáculo na renegociação. Cerca de uma centena de bancos está correndo o risco de perder parte desses recursos — o governo decidiu pagar 25% a partir de ontem. Antonio de Pádua Seixas informou que a parcela correspondente a esses 25% ficará retida no Banco Central e será juntada ao restante da dívida a vencer em 1985 e 1986, que está sendo objeto de renegociação com os bancos.

Fernão Bracher salientou que os bancos credores só aceitariam renegociar com o Brasil a longo prazo, se houvesse aval do FMI. Sem o Fundo, eles estão "inseguros" e mesmo assim admitiriam um acordo de duração mais prolongada se a conjuntura internacional por pelo menos 14 anos fosse bastante favorável ao Brasil. Citou hipóteses que contribuiriam para esse quadro: se os preços do petróleo baixassem ainda mais e se os produtos exportados pelo Brasil subissem no mercado. Diante da incerteza da conjuntura, o negócio mais seguro — para os bancos — será mesmo renegociar os pagamentos do Brasil em dois anos. Seixas negou-se a revelar os detalhes das propostas feitas aos bancos.